



DISTRITO MASSAPÊ - ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO BISPO DE OLIVEIRA: HISTÓRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Eixo-temático: História da educação e da formação no campo

Autora: Maria Luzia dos Santos

Universidade Federal de Alagoas -UFAL/ *Campus Arapiraca*

Marialuzia33@hotmail.com

Resumo: Neste artigo pretendo descrever alguns resultados sobre educação do campo da pesquisa ainda em andamento da qual faço parte como bolsista do CNPQ: História e Políticas Educacional em Áreas Indígenas e Camponesas no Agreste Alagoano. Tendo como título de plano de trabalho: História, Educação e Política Educacional em áreas indígenas e camponesa – Feira Grande Alagoas. Este trabalho tem por objetivo mostrar alguns resultados da pesquisa de campo que revela a realidade da educação no campo, particularmente, da Escola Municipal Antônio Bispo de Oliveira, localizada no Distrito de Massapê no município de Feira Grande Alagoas. Temos como metodologia pesquisas de campo e bibliográfica. Os resultados deste trabalho é contribuir para uma reflexão sobre a realidade da educação do campo no interior de Alagoas, com a realização de entrevistas com professores e Diretores foi possível pontuar alguns marcos da História do Povoado, como da Instituição, e oferecer informações sobre algumas particularidades acerca do processo ensino-aprendizagem, funcionamento e condições socioeconômicas de seus alunos, como também legislação, projetos, programas, organização curricular, saberes, culturas que são apreendidos como referências para a construção de efetivo diálogo entre universidade, lideranças locais e gestores, para reflexões, debates e fortalecimento de articulações para o desenvolvimento de políticas educacionais de longa duração, favoráveis às demandas das populações camponesas.

Palavras-chave: História.educação.educação do campo.

1 – INTRODUÇÃO

A Educação do Campo surgiu das experiências de lutas pela questão agrária, pelo enfrentamento ao sistema vigente, pelo direito à educação e por um projeto político pedagógico histórico de superação, voltado aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Mas quem são estes trabalhadores? De acordo com o Decreto n.7.352/2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA regulamenta em seu artigo 1º, inciso I, que as populações do campo são:

Os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010).



A Educação do Campo, bem como a escola do campo, são fundamentadas em princípios teórico-metodológicos, nos quais o camponês possa entender o contexto social em que está inserido/inserida. Para Caldart (2004, p. 17), é preciso entender a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações.

A Educação do Campo teve como marco inicial o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - I ENERA¹, em 1997. No ano seguinte, aconteceu em Luziânia-GO a I Conferência Nacional por uma educação básica no campo, reafirmada nas lutas e em construção de sua(s) identidade(s), bem como na busca de ampliar diferentes ações que visassem contemplar maior número de movimentos e organizações. Nas discussões do campo não há uniformidade, uma vez que existem diversos movimentos com suas concepções e formas de lutas, fundamentados no ideal político. Marx e Engels (1999) dizem que, para que haja a compreensão da história, deve-se partir do real, do concreto, do empiricamente comprovável, e isto acontece por meio de indivíduos reais, com suas ações e condições materiais de vida. Assim, o lócus deste artigo está representado por espaços aqui entendidos como históricos e não como sustentáculo, mas como produto social planejado e resultante das funções ontológicas que fazem do homem ser humano, uma vez que:

Sociedade e espaço são como as duas faces do espelho. Vendo-se uma, está se vendo a outra; não como uma relação reflexa, mas como uma que vem da outra, como produtos recíprocos. A sociedade se produz, produzindo seu espaço; e o espaço se produz, produzindo a sociedade (...) (MOREIRA, 2009.).

Este trabalho tem por objetivo mostrar parte dos resultados de uma pesquisa bibliográfica e de campo que revela a realidade da educação no campo, particularmente, da escola Municipal Antônio Bispo de Oliveira, localizada no Distrito de Massapê no município de Feira Grande Alagoas, tivemos como metodologia entrevista com a coordenadora das escolas do campo no município de Feira Grande Alagoas e com professores e professoras da escola pesquisada, nossa intenção com as entrevistas é entender um pouco sobre a realidade

¹ Nesta trajetória verifica-se: Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo (2002); II congresso de Educação do Campo; Seminários de Pesquisa; O Procampo (2008); Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (2008); Criação do Fórum e Articulação da Frente Parlamentar pela Educação do Campo (2010); Reuniões de Fóruns; Criação do Decreto 7.352 - sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (2010); e, Pronacampo (2012).



vivida na escola, as políticas públicas existentes e as maiores dificuldades encontradas para inserir uma educação que atenda a especificidade desses sujeitos do campo.

A necessidade de se pensar em uma educação voltada para o campo é muito importante se pensarmos na realidade da sua população, e também no fato de que a maior parcela dos estudantes da zona rural sequer chegará a concluir o ensino médio. O que implica dizer que os mesmos se dedicarão ao trabalho rural como têm feito os seus pais, avós, não por opção, mas por ausência de condições mínimas de sobrevivência. Geralmente, acredita-se que para viver na “roça” não é preciso ter muitos conhecimentos. Essa ideia mostra que para os trabalhadores do campo, ter uma formação escolar não é tão importante quanto para os que vivem na cidade. É fácil observar o descaso oferecido aos estudantes da zona rural. Suas escolas são geralmente multisseriadas, o que deixa muito a desejar quanto à eficácia do ensino lá ministrado. Pensar em uma educação voltada para os trabalhadores da zona rural requer a compreensão de que sua população, como a urbana, é demandante de direitos.

Assim, tem-se a necessidade de uma educação que corresponda aos interesses dos trabalhadores do campo. Então, são necessárias políticas públicas de educação adequadas às necessidades diárias dessa gente, valorizando sua rica e importante contribuição para a sociedade, tendo em vista que o campo não é um lugar de atraso, como muitos podem pensar, mas de produção: cultural, social, política e econômica.

2 – DESENVOLVIMENTO

Distrito Massapê - Escola Municipal Antônio Bispo de Oliveira: História e educação do campo.

O Distrito Massapê, é hoje um polo importante das escolas do campo em Feira Grande

²Alagoas, a história do Distrito mesmo que de maneira vaga foi relatada por professores de

² O município de Feira Grande, foi criado em 1954, desmembrado de Limoeiro de Anadia. Segundo o censo 2010 do IBGE, a população total residente é de 21.270 habitantes, dos quais 10.588 do sexo masculino (49,80%) e 10.682 do sexo feminino (50,20%). São 3.557 os habitantes da zona urbana (16,70%) e 17.713 os da zona rural (83,30%). A densidade demográfica é de 136,33 hab/km². A economia do município gira em torno do comércio e da agropecuária. Na área da saúde o município conta com 13 estabelecimentos de saúde do SUS. Na área da educação, segundo o Censo Escolar de 2011, existe 40 escolas públicas e 1 escola privada. Em 2012 houveram 5.013 matrículas distribuídas em ensino fundamental (4.180) e ensino médio (833). O município de Feira Grande está localizado na região centro-sul do Estado de Alagoas, limitando-se a norte com o município de Arapiraca e Lagoa da Canoa, a sul com Porto Real do Colégio e Campo Grande, a leste com São Sebastião e a oeste com Lagoa da Canoa e Campo Grande. A área municipal ocupa 156,01 km² (0,56% de AL), inserida na mesorregião do Agreste Alagoano e na microrregião de Arapiraca.



uma das Escolas do polo à Antonio Bispo. O professor Valdemar Rodrigues de Oliveira, vice diretor e professor da escola há 15 anos, nos relatou que Massapé é de origem, porque o barro lá é um barro vermelho na forma de argila, aí desse tipo de barro foi formado o nome Massapé, ele nos relatou que antigamente era só as pessoas quase todas parentes, tinha uma família ou duas no máximo, aí, na família iam se casando primos com primos, foi se desenvolvendo assim e se tornou hoje um distrito muito grande que é Massapé. O professor lembra quando criança tinha na igreja do Massapé o número 1888, mais ou menos isso aí, foi formado nessa época. Hoje segundo relatos de outros professores é um distrito com 4000 famílias. A economia é a agricultura, fumo, feijão, milho, mandioca também tem a criação do bovino e caprino. No que se refere a educação do campo foi necessário entrevistar membros da escola para entendermos um pouco como funciona as práticas pedagógicas, metodologia de ensino, e as políticas voltadas para educação do campo na educação básica. Segundo a fala das Diretora das Escola do campo Joana Darque (2014) “Massapé é um dos maiores polos que a gente possui aqui dentro da estrutura da sistemática da educação, de escolas é o maior polo que tem. São 8 escolas que esse polo sedia e são todos do campo. E lá na escola polo Antonio Bispo de Oliveira, a gente oferta da educação infantil até o 9º ano e tem o EJA também, o polo hoje oferece escola para 1700 alunos”.

Quadro1. Funcionários entrevistados da Escola Municipal Antonio Bispo de Oliveira Distrito Massapé, Feira Grande AL.

Nome	Formação	Cargo
Claudiana Ribeiro dos santos	Ciências contábeis	Professora de Geografia
Marta de Almeida Melo	Pedagoga	Diretora
Maria José	Pedagoga	Professora
Cleide de Lurdes Santos	Pedagoga	Professora



Joana Darque dos Santos	Pedagoga	Coordenadora escolas do campo
Valderês de Bispo Ferreira	Não informada	Serviçal
Valdemar Rodrigues Oliveira	Letras Universidade TiraDentes	Professor/vice Diretor

Fonte: Pesquisa de campo 2014/2015

Valdemar Rodrigues (2014), relata que a escola Antonio Bispo de Oliveira, começou bem pobrezinha, com duas salas de aula, foi crescendo, aí passaram a se instalar num espaço da associação, foi esse o desenvolvimento que ela teve, hoje tem 11 salas de aulas tendo 744 alunos. O professor relata as dificuldades iniciais encontradas na escola:

“ Quando eu iniciei, hoje eu não dou mais aula, só como vice diretor, mas dava aula de português, matemática, que era as matérias fundamentais, historia , geografia , ciências, essas matérias principais assim. Era muito carente essa parte de material didático, até mesmo livros, canetas e lápis, era comprado tudo pelos alunos... era bem difícil. A bondade de hoje é que tem tudo com fartura, vem livro, vem lápis. Ainda não temos livros didáticos especial, é porque de 3 em 3 anos eles sempre modificam, os autores são sempre modificados. Os vendedores faz pesquisas com os professores, aí os que forem mais escolhidos, é o livro que vem. Já estou a bastante tempo como vice diretor. O que mais marcou sobre o material didático foi as dificuldades de antigamente, que até para se iniciar as leituras era naquelas cartilhas, e os pais da gente para comprar aquilo ali tinha dificuldade, naquela época para se comprar uma cartilha, um primeiro livro, um segundo livro, como se chamava naquele tempo era a coisa mais difícil que a gente assistia dos pais” Valdemar Rodrigues (2014).

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia de ensino utilizada na escola, segunda a Professora Cleide de Lurdes e outros professores entrevistados (2014), consiste em fazer com que os alunos conheçam e se envolvam na realidade da comunidade como podemos constatar nesse relato:

“ [...] Temos como metodologia preparar o aluno para o futuro, a gente tenta, no caso como eu ensino do 6º ano ao 9º ano eu gosto de focar muito nas regiões, o local de onde eles vieram, aonde eles estudam porque daí eles vão saber se organizar melhor pra estudar, porque as vezes a gente passa uma coisa pra um aluno, principalmente do livro didático e eles não tem nem o conhecimento do estado vamos colocar assim aonde eles vivem, então assim a gente tem um jeito, uma maneira de passar isso pra eles com trabalhos, fazendo alguma excursão pra ver se eles interagem nas aulas melhor e também para que eles tenham mais do sua realidade e entusiasmo para estudar”.

Por muito tempo a educação camponesa foi trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano e, quase sempre, deslocada das necessidades e da realidade das pessoas que vivem neste contexto, os professores do campo precisam e além dos livros



didáticos, assim como confirma a professora entrevistada, afirmando que faz um trabalho com os alunos mais voltados para a realidade deles. Apesar de terem ocorrido alguns avanços na legislação educacional³ nos últimos anos, as escolas para a população camponesa continuam, ainda hoje, encontrando as mais diversas dificuldades para implantar de forma eficaz, em sala de aula, um ensino que atenda às necessidades deste público alvo específico. Na tentativa de superação do antigo modelo educacional, a Educação Rural, pela Educação do Campo, Calazans (1981) questiona a forma como ocorre o planejamento das políticas públicas nesta modalidade escolar:

“Por que não se começa do “saber” que as populações demonstram possuir? Por que não se espera ouvir suas propostas utópicas, antes de rudemente esmagá-las com soluções pré-definidas? Por que não deixar que as propostas se expressem através de palavras do mundo das populações nos quais o sentido de vida, de preservação, de senso comum, têm raízes fincadas na terra?” (CALAZANS, 1981, p. 189).

Como alternativa para um trabalho pedagógico significativo dentro da especificidade da Educação do Campo, que considere o conhecimento trazido pelo aluno e permita sua ampliação, apresenta-se como importante a metodologia do diálogo de buscar além dos livros didáticos uma forma de inserir do dia a dia da escola a realidade do aluno a qual possibilite estabelecer relações entre os diferentes saberes dos alunos e do professor, de forma que o aluno possa superar seu conhecimento imediato sobre o mundo pelos conhecimentos do campo historicamente construídos pelo homem.

POLÍTICA EDUCACIONAL: PROGRAMAS

Joana Darque (2014) coordenadora das escolas do campo, relatou que escola recebe vários programas do governo federal e também recursos próprios:

“Dentro de recursos a gente tem os PDDES, PDDE CAMPO, temos, adesão ao PRONACAMPO através do PAR, reformas das escolas, algumas com recursos federais, outras com recursos próprios para melhorar a qualidade do ensino. Temos também o PROINFO com equipamentos tecnológicos para todas as escolas do campo, algumas já são

³ Entre as quais destacam-se, em caráter nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo de 3 de Abril 2002, Resolução CNE/CEB N° 1.



atendidas e outras não. O PDDECAMPO ele trás recursos, o objetivo dele é o programa dinheiro direto na escola campo, então vai visualizar mais de perto a situação de cada escola, diagnosticando questão de infra estrutura, de equipamentos necessários que a escola está necessitando e também de recursos pedagógicos que essa escola possa vir a precisar, e aí, é feito um planejamento desde do PDE interativo que é colocado tudo planejado e dentro do plano de ação da escola, as escolas tem a sua unidade executora que é um conselho dentro de cada escola... Outro item do PRONACAMPO é a formação continuada para professores, e aí, a gente está trabalhando com o PENAIC, que desde o ano passado o PENAIC vem trabalhando, tem dentro do PENAIC (alfabetização na idade certa) o modulo educação do campo e isso foi importante porque trouxe um resgate também dessa didática de alfabetizar mais voltadas praticas do campo, os princípios do campo. É isso, aos pouquinhos a gente tá buscando cada vez mais se situar dentro das políticas do campo, buscar recursos. SABERES DA TERRA aqui, foi aderido mais ainda não foi executado nem em 2013 e nem em 2014, a gente ta aguardando para esse segundo semestre, tanto o SABERES DA TERRA, quanto o PRONATEC.” Joana Darque (2014).

Entende-se que as políticas publicas e programas voltados para educação do campo tenha avançado no sentido da educação do campo. No entanto Para implementar políticas públicas que fortaleça a sustentabilidade dos povos do campo, os sujeitos devem estar atentos para o fato de que existem diferenças de ordem diversa entre os povos do campo. À existências desses sujeitos “do campo” agregam-se a valoração, a diversidade, o trabalho produtivo e os direitos como condição de sua existência social, na constância de vincular os seus direitos à educação e consequentemente a educação aos sujeitos (ARROYO; FERNANDES, 1999). De acordo com MOLINA (2010) na Educação do Campo as ações protagonizadas pelos sujeitos coletivos tem provocado e desencadeado processos que estão contribuindo com as ”mudanças na realidade e nas próprias práticas educativas”. que segundo FRIGOTTO 2010, Engendra-se na semântica *do campo* um sentido de realidade particular e entendidos na construção de movimentos e lutas sociais.

Neste sentido, as referencias para uma política nacional de Educação do Campo traz em seu texto Princípios da Educação do Campo que adquire importância a ampla participação dos movimentos sociais e sindicais do campo e organizações da sociedade civil na construção dos Planos Estaduais e Municipais, Singular aos sujeitos do campo, que lá produzem suas vidas, e que só podem ser de modo que a identidade do campo na sua complexa diversidade e o compromisso com um projeto de desenvolvimento sustentável para o mesmo estejam intrinsecamente articulados aos projetos pedagógicos dos Estados e Municípios brasileiros.

Para que essas especificidades, que singularizam cada lugar, possam ser respeitadas e legitimadas, é necessário assegurar a aplicação do artigo 12 da LDB 9394/966 “O acesso ao



ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra igualmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo”, relativas às propostas político-pedagógicas dos Municípios e aos projetos pedagógicos das escolas, os quais deverão ser construídos mediante um processo coletivo e de ampla investigação da realidade.

CALENDÁRIO ESCOLAR: UM PRIMEIRO REGISTRO

Para a Diretora Marte de Almeida Melo e a professora Maria José (2014) a escola enfrenta um sério problema na época da colheita, pois não conseguiram alterar o calendário escolar:

“O problema da evasão na escola há na época da roça, por a necessidade de casa eles deixam a escola para ganhar um dinheirinho é a época que eles tem pra ganhar, aí agente vai casa a casa mãe mande seu filho pra escola ele vai se prejudicar, agente não conseguimos alterar o calendário aqui, esses alunos que saem por conta da colheita eles voltam, agente fez uma reunião com s alunos que estavam afastados e com os pais, fizemos um boletim e o numero de falta que eles tinham e entregamos para os pais, depois disse alguns melhoraram outros não os que não melhoraram e porque os pais não colaboram e que agente pode fazer por eles a gente faz, aí alguns voltam, os que estão atrasados os professores passam atividades, trabalhos...”
Marta Almeida e Maria José (2014).

A direção e professores da escola Antonio Bispo, relata as dificuldades encontradas com relação ao calendário escolar e a dificuldade de manter os alunos na escola na época da colheita deixando claro a necessidade de um calendário diferenciado para o campo. Pensar em um calendário que venha atender a realidade dessa população é de suma importância, porque o calendário, na verdade, é padrão tanto para zona rural quanto para zona urbana. No entanto deveria ser diferenciado. É de fundamental importância ser cumprido o que determina artigo 28 da LDB que dispõe: Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A fala da diretora sinaliza que a escola está no campo, mas que não tem uma Educação do Campo, não existe uma flexibilidade para os alunos poderem trabalhar na época da



colheita, e como a grande maioria das pessoas que vivem no campo tem a colheita como um momento de melhorar um pouco sua renda familiar, terminam evadindo e sendo prejudicados na escola. Pires (2012, p. 23) afirma que:

“23,2% da população rural brasileira com 15 anos e mais é analfabeta e 80% dos (as) trabalhadores (as) rurais não chegaram a concluir o ensino fundamental. Na faixa etária dos 9 aos 16 anos, a adequação idades–anos existe para 75% dos jovens do Brasil urbano e, apenas 56% dos jovens do Brasil rural. Os anos de escolaridade do Brasil rural (4,5 anos) é a metade do Brasil urbano (7,8 anos)”.

Essas desigualdades sociais, educativas e escolares trazem a percepção de que há uma dívida histórica social quanto ao suporte de políticas públicas para os povos do campo.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo que surgiu da Pesquisa ainda em andamento sobre **História e Política Educacional em áreas indígenas e camponesas do Agreste Alagoano** e considerando os pontos aqui abordados, os depoimentos colhidos e a análise do ambiente estudado, percebe-se que há a necessidade de se encontrar meios eficazes que garantam a efetivação de uma escola com qualidade para os indivíduos do campo, pois estes devem ser reconhecidos como categoria social que cumpre papel importante no desenvolvimento da sociedade. No decorrer deste estudo foi possível verificar que a escola estudada apresenta vários dos problemas apontados na literatura pertinente: calendário não flexivo a peculiaridade dos alunos do campo, formação para atuação do professor do campo, ausência de material didático com conteúdos voltados à realidade dos alunos, como relataram as professoras... E, embora tenha professores com nível superior atuando nas escolas do campo, tem uma defasagem na sua metodologia pois não foram preparadas para enfrentarem as dificuldades existentes na educação do campo e não tem uma formação continuada de qualidade que garanta a qualidade do ensino no campo. Além disso, nos cursos de capacitação de que participam não há a preocupação de se trabalhar conteúdos que estejam de alguma forma ligados à realidade dos alunos. É importante citar ainda que as más condições socioeconômicas em que vivem os alunos no campo interferem no desenvolvimento intelectual e permanência destes na escola.

Os problemas citados aqui se tornam mais graves pela ausência de políticas públicas eficazes que garantam a efetivação das, tão comentadas, leis que estabelecem que a educação do campo deve estar de acordo com as características regionais, locais e culturais da sociedade. O que na prática, não acontece. Foi possível demonstrar essa realidade a partir da



análise dos depoimentos dos professores, percebemos que houve um avanço em relação a educação do campo, mais é visível os grandes desafios a superar.

Referências Bibliográficas

ARROYO, M. G. FERNANDES, B. M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. Coleção nº 2. Brasília – DF, 1999.

CALAZANS, M. J. Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: WERTHEIN, J. (Org.). Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 161-198.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FRIGOTTO, G. Projeto Societário Contra-Hegemônico e Educação do Campo: desafios de conteúdo, método e formas. In: MUNARIM, A. et al (org). **Educação do Campo: reflexões e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOLINA, M. C. Desafios Teóricos e Práticos na Execução das Políticas Públicas de Educação do Campo. In: MUNARIM, A. et al (org). **Educação do Campo: reflexões e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010

MOREIRA, Ruy. **O Pensamento Geográfico Brasileiro: as matrizes da renovação**. São Paulo: contexto, 2009, (vol. 2).

PIRES, Angela Monteiro. **Educação do Campo como direito humano**. São Paulo: Cortez, 2012.

Documentais

BRASIL. **Decreto n. 7.352/2010**. Dispõe sobre a Política Pública de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 2010.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo**.

Resolução CNE/CEB nº1, de 03 de abril de 2002. BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Portaria nº 282, de 26 de abril de 2004. BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da educação básica das escolas do campo**

Resolução nº 040/2014-CEE-AL, do Conselho Estadual de Educação, publicada no D.O.E., em 11 de dezembro de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 21/01/14.



SANTOS; Maria Luzia dos; REIS, Neila da Silva. Relatório em Política Educacional em áreas Indígenas e Camponesas no Agreste de Alagoas. **Projeto de Pesquisa**. Arapiraca, Alagoas: UFAL, 2014/2015 digitado

Orais

Cleide de Lurdes Santos

Claudiana Ribeiro dos Santos

Joana Darque do Santos

Marta de Almeida Melo

Maria José

Valderês de Bispo Ferreira

Valdemar Rodrigues Oliveira